

IV Jornada Brasileira de Sociologia e I Jornada Brasileira de Ciência Política

Universidade Federal de Pelotas/RS

GT 1 Trabalho e Organizações

João Matheus Soares Miranda. Orientadora: Profa. Dra. Lorena Gill

joaomatheusmiranda@hotmail.com

Mestrando em Sociologia

Este resumo visa compreender sociologicamente as fundamentais motivações que levam os indivíduos a exercerem o trabalho de motoboy na cidade de Pelotas-RS, considerando os riscos diários enfrentados na profissão, dentre os principais: os rotineiros acidentes e frequentes casos de roubos sofridos por esses trabalhadores durante a sua jornada de trabalho. Constituem tais indivíduos, uma categoria de labor que normalmente é relegada àqueles que não encontram no mercado formal e "tradicional" de emprego, um conjunto de condições minimamente satisfatórias em comparação com outros trabalhadores que possuem atividades formalizadas.

Há, diante de prévia pesquisa de campo, relatos reiterados de motoboys alegando que o risco de trabalhar em condições tão perigosas é superado pela necessidade financeira e retorno econômico advindo do trabalho que, mesmo arriscado, não é abandonado. Mas quanto realmente vale o risco de ser um motoboy? Os acidentes, o aspecto da saúde e segurança do trabalho, a violência urbana, a insegurança cotidiana desde o primeiro minuto de trabalho sobre a moto, são questões que devem ser abordadas reflexivamente.

A referência sobre "a sociedade de risco" (BECK, 2013) e modernidade serão basilares para o exercício de interlocução sociológica entre a categorização de indivíduo e trabalho desempenhado. Este resumo é derivado de parte do projeto de pesquisa de dissertação de mestrado, intitulado: "Pronta entrega: a dinâmica do trabalho, o estigma e os desdobramentos sociais sobre os riscos da profissão dos Motoboys em Pelotas", cujo enfoque remonta, em maior escala, à dinâmica do trabalho, a percepção identitária, as consequências do estigma da profissão e os desdobramentos sociais oriundos do trabalho de risco. Faz-se, nessa proposta de trabalho, um recorte da temática principal, analisando especificamente os aspectos

motivacionais que colaborem ou demonstrem ser essenciais para o exercício da profissão, utilizando principalmente técnicas de entrevistas com os motoboys.

Cabe, portanto, abordar qualitativamente o tema sob o aspecto das experiências e informações obtidas através da aplicação da metodologia e com o suporte teórico adequado, para buscar compreender quanto vale o risco de desempenhar uma profissão que, por exemplo, desde o início do ano de 2015 integra o rol dos empregos com direito ao adicional de periculosidade, o qual embora seja um Direito estabelecido é obsoleto, pois grande parte dos motoboys não possui registro em carteira de trabalho.

Vale pelo contexto histórico fazer uma breve digressão sobre as perspectivas dos trabalhadores no Brasil nas décadas passadas. Durante muitos anos, em tempos onde o número de trabalhadores informais era espantoso, conseguir uma vaga em um emprego socialmente protegido significava gozar da segurança da legislação, o resguardo dos direitos, e em alguns poucos casos, a grande possibilidade de galgar cargos nas empresas e firmas, conseguindo promoções e crescimento profissional, “a carteira de trabalho passou a evocar a promessa da cidadania salarial: ao progresso material iria se somar a proteção do trabalhador”, como afirma Ruy Braga (2013, pg. 142). Por sua vez Cardoso ressalta:

A crise do emprego nos anos 1990 parece ter feito crescer no imaginário popular o desejo de um emprego com carteira assinada, portanto com direitos trabalhistas e alguma segurança em um ambiente de grandes turbulências na economia. (2013)

Vemos, portanto, que o sonho de uma ascensão meritocrática advinda pelo trabalho e esforço diluía-se na baixa qualificação do brasileiro médio, pouco escolarizado e dificilmente dotado de um conhecimento específico que o fizesse ou o tornasse merecedor de ocupações com melhores remunerações e prestígio.

Vivendo sob o contexto especialmente das grandes cidades, com dinâmicas próprias, onde a pressa e o tempo exíguo ditavam o ritmo das regiões centrais, empresas contratavam jovens, normalmente desempenhando o seu primeiro trabalho com a tão almejada carteira de trabalho assinada e ocupando o posto mais raso da hierarquia empresarial, o de *office boy*. A função propriamente

dita configurava-se em realizar pequenos trabalhos de recebimento e entrega, serviços bancários e de cartórios, tarefas de rua e o assessoramento ao seu "escritório" contratante.

No entanto, diante do aumento da demanda pelos serviços e o próprio crescimento das cidades, o indivíduo a pé não conseguia mais suprir e cumprir com as ordens de serviço. Surgia, assim, os primeiros indícios de que a profissão precisava ser ressignificada, a dinâmica do capitalismo forçava uma remodelação do trabalho. A figura do motoboy, equipado na motocicleta e pronto para percorrer distâncias maiores, em menor tempo e com um custo reduzido, trouxe novas possibilidades ao mercado.

O custo reduzido tão almejado pelas empresas, no caso dos motoboys, é um dos raros exemplos onde o trabalhador não é prejudicado, pelo menos sob a perspectiva econômica, uma vez que enquanto um motoboy socialmente protegido pelo contrato de trabalho, com determinado empregador, custa ao menos um salário mínimo e adicional de periculosidade, aquele que é chamado somente para realizar serviços autonomamente só custa o preço da "corrida". Redução de custos que, em tese, prejudicaria o trabalhador, afinal, ele perderia o seu emprego. No entanto, o que se constatou até agora, em entrevistas realizadas, é que os motoboys tendem a ganhar muito mais dinheiro trabalhando de forma autônoma, prestando serviços aleatórios, sem um vínculo tradicional de emprego.

Quanto a não possuírem uma carteira de trabalho assinada, não parece ser um problema pois, esmagadora maioria afirma que não pensa ou deseja trabalhar sob ordens ou supervisão de algum tipo de chefia direta, elencando fatores positivos sobre autonomia e controle da carga horária. A renda econômica aferida é, ainda que pese a noção contrária de hipossuficiência de um trabalhador não formalizado, relativamente alta em comparação aos outros indivíduos detentores do mesmo grau de escolaridade alocados em outros empregos. “Dentro dessa contextualidade, pode-se constatar uma nítida ampliação de modalidades de trabalho mais desregulamentadas.” (ANTUNES, 2015)

Surgem novos questionamentos sobre as vantagens e desvantagens em exercer o ofício de motoboy. Essa profissão é considerada uma das mais perigosas

no Brasil, tendo em vista que além de serem alvos frequentes de roubos, os índices de acidentes envolvendo motociclistas crescem a cada ano no país. O que torna instigante a pesquisa é justamente analisar como uma profissão tão perigosa dificilmente é abandonada em casos de violência ou acidente.

Relatos reiterados ao longo das entrevistas ajudam a explicar a fidelidade e continuidade dos motoboys na profissão. É frequente entre eles a narrativa de que os acidentes que sofrem são, na verdade, de pequenas proporções, que dificilmente trazem dano grave ou fatal. Imputam aos motociclistas não profissionais a responsabilidade sobre a maioria dos acidentes com desfechos trágicos. Durante as entrevistas os motoboys seguidamente afirmavam que ao longo do tempo que exercem a função e por conta do grande período diário que trabalham com a motocicleta, desenvolviam uma espécie de perícia, habilidade e capacidade de antever as situações de risco no trânsito, conseguindo desta forma minimizar os riscos.

Retomando questões que digam respeito aos aspectos econômicos da profissão, às novas formas e ressignificações dos trabalhos, é justo dizer que, apesar de o discurso dos motoboys verterem positivamente aos ganhos financeiros e autonomia profissional, eles são sujeitos que estão inseridos em um contexto de poucas escolhas de emprego, normalmente a baixa escolarização e o desemprego são os principais fatores que destinam essas pessoas a começarem trabalhar como motoboys. “Como as pessoas precisam viver, a construção de mecanismos não assalariados de obtenção de meios de vida foi e continua sendo, mais do que uma alternativa almejada, uma necessidade irrecorrível”, (CARDOSO, 2013, pg. 53)

É importante compreender que nem sempre a tradição da carteira assinada, do emprego socialmente protegido e das garantias trabalhistas foram condições primordiais para o desempenho e manutenção de determinado emprego, tampouco significa um processo de precarização que por vezes é evocado. Muitos dos motoboys entrevistados são contribuintes da Previdência Social e, portanto, tem resguardados os seus direitos previdenciários em casos de infortúnios e na futura e almejada aposentadoria.

A racionalização sobre o trabalho desempenhado é ponto destacável nas entrevistas, demonstrando que não faria sentido a esses trabalhadores autônomos que hoje ganham em média três vezes mais que o salário mínimo, desejar uma nova inserção em um mercado de trabalho tradicional, em postos compatíveis com a baixa qualificação dos até então motoboys.

O preço do risco, respondendo à provocação referida no título do presente artigo é a possibilidade de gerir o tempo do trabalho, exercer autonomia, ausência de chefes e patrões (portanto, sem subordinação), capacidade de dinamizar o trabalho sobre os aspectos de tempo e espaço, além de perceber o crescimento econômico em comparação aos outros trabalhadores a até mesmo aos seus empregos anteriores. O motoboy é um trabalho que dificilmente é escolhido, no entanto, depois de algum tempo de exercício é quase impossível de ser abandonado, mas neste caso, pelo simples desejo do indivíduo que agora definitivamente gosta de ser motoboy.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2015.

BECK, Ulrich. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2011.

BRAGA, Ruy. Para onde vai o precariado brasileiro? Sindicalismo e hegemonia no Brasil contemporâneo. Perseu: História, Memória e Política, v. 10, 2014.

CARDOSO, Adalberto Moreira. Ensaio de sociologia do mercado de trabalho brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean et al (Orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. pp. 215-253.